

# Boletim Geocorrente

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2016

ISSN: 2446-7014 • Número 45



CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS  
DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

## BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal vinculada ao Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Marinha. O NAC possui o objetivo de acompanhar a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de ampliar o conhecimento por meio da elaboração deste boletim, além de outros produtos que porventura venham a ser demandados pelo Estado-Maior da Armada.

Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como, seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos curtos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ainda, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”, voltada a artigos que abordam assuntos não relacionados, especificamente, a uma das regiões supracitadas.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do CEPE e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (*blind peer review*). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: [geo.corrente@yahoo.com.br](mailto:geo.corrente@yahoo.com.br).

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

## CONSELHO EDITORIAL

### Editor Responsável

*Leonardo Faria de Mattos (EGN)*

### Editor Científico

*Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)*

### Editores Adjuntos

*Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)*

*Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)*

*Noele de Freitas Peigo (FACAMP)*

## Pesquisadores do Núcleo de Avaliação da Conjuntura

*Adriana Escosteguy Medronho (PUC - Rio)*

*André Figueiredo Nunes (UFRJ)*

*Ariane Dinalli Francisco (Universität Osnabrück)*

*Beatriz Mendes Garcia Ferreira (UFRJ)*

*Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)*

*Daniel Santos Kosinski (UFRJ)*

*Dominique Marques de Souza (UFRJ)*

*Eliza Carvalho Camara Araujo (UERJ)*

*Ely Pereira da Silva Júnior (UERJ)*

*Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)*

*Gabriela Mendes Cardim (UFRJ)*

*Gabriela da Conceição Ribeiro da Costa (UERJ)*

*Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)*

*Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva (EGN)*

*Jéssica Pires Barbosa Barreto (UERJ)*

*João Victor Marques Cardoso (UFF)*

*José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)*

*Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)*

*Larissa Marques da Costa (UFRJ)*

*Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Luma Teixeira Dias (UFRJ)*

*Marcelle Siqueira Santos (UERJ)*

*Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)*

*Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)*

*Pedro Allemann Mancebo Silva (UFRJ)*

*Pedro Emiliano Kilson Ferreira (UFF)*

*Pedro Mendes Martins (UERJ)*

*Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)*

*Rebeca Vitória Alves Leite (UFRJ)*

*Stefany Lucchesi Simões (UNESP)*

*Taynara Rodrigues Custódio (UFRJ)*

*Thaïs Abygaëlle Dedeo (UFRJ)*

*Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)*

*Vinicius de Almeida Costa (EGN)*

*Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)*

*Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)*

*Viviane Helena Silva da Rocha (UERJ)*

*Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha.*

## SUMÁRIO

- *Colômbia e EUA: (in)certeza nas relações bilaterais (Pag. 2)*
- *Malvinas: entre a diplomacia e o choque de interesses (Pag. 2)*
- *Presidente Donald Trump (Pag.3)*
- *Nova Constituição, Nova Costa do Marfim? (Pag. 3)*
- *Aniversário de independência angolana traz reivindicações ao governo português (Pag. 4)*
- *As Forças Navais Iranianas (Pag. 5)*
- *Os interesses em jogo na região de Mossul (Pag. 5)*
- *Percepção de ameaça russa no Mar Báltico aproxima adversários históricos (Pag. 6)*
- *França, uma potência marítima global (Pag. 7)*
- *Um ano depois: perspectivas para as relações Russo-Turcas (Pag. 7)*
- *Novos horizontes para a parceria estratégica Índia-Japão (Pag. 8)*
- *A projeção de poder chinesa por meios militares (Pag. 8)*
- *A indústria de defesa da Coreia do Sul em tempos de Donald Trump (Pag. 9)*
- *Marinha vietnamita: aquisições e fragilidades doutrinárias (Pag. 9)*
- *Discurso e discórdia no Ártico (Pag. 10)*
- *Artigos selecionados e notícias de Defesa (Pag. 10)*

**Colômbia e EUA: (in)certeza nas relações bilaterais**

Por: Lais Rüdiger

Três dias após a eleição presidencial norte americana, Juan Manuel Santos foi o primeiro mandatário sul-americano a entrar em contato com Donald Trump, felicitando-o pela vitória nas urnas. Na breve conversa, os presidentes acordaram o fortalecimento da relação estratégica entre Colômbia e Estados Unidos. Na semana seguinte, Santos, que luta contra um câncer desde 2012, realizou uma viagem de emergência para os EUA, seguindo orientações médicas – pois a Colômbia não dispunha da tecnologia necessária para o tratamento. Aproveitando a ida, o mandatário, que venceu o prêmio Nobel da Paz deste ano, discursou para Republicanos e Democratas sobre os esforços entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) para a manutenção da paz.

Em 1970, os EUA, com sua então “Guerra às drogas”, transformou o tráfico de drogas em inimigo prioritário do Estado e incluiu o mesmo como tema de securitização em sua política externa. Nos anos 2000, o Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos norte-americano e colombiano, que desembolsaram, respectivamente, US\$1,3 bilhão e US\$4 bilhões de seus cofres públicos. Entretanto, suas ações prioritárias, que são o combate à produção e ao tráfico de cocaína, além da desestruturação de guerrilhas internas – sendo as FARC o principal alvo – não lograram o êxito esperado, considerando a quantidade de cocaína ainda produzida no país.

Em fevereiro de 2016, na celebração dos 15 anos do Plano Colômbia na Casa Branca, Barack Obama anunciou que os EUA, numa nova tentativa de cooperação bilateral, doariam aproximadamente US\$450 milhões do orçamento do ano fiscal de 2017 para o pós-conflito. Sendo o maior produtor mundial de cocaína e tendo os EUA como principal parceiro comercial (26% do montante das exportações de 2014, vide imagem), o apoio de Washington D.C. para a Colômbia é de fundamental importância.

Cabe aguardar como Trump vai administrar as relações com o Estado colombiano nos próximos quatro anos e como será finalizado o processo de paz com as FARC.



Foto: The Observatory of Economic Complexity

**Malvinas: entre a diplomacia e o choque de interesses**

Por: Beatriz Mendes

No que tange à relação com o Reino Unido, desde o início de seu mandato, Mauricio Macri tem demonstrado uma postura menos hostil do que sua antecessora, Cristina Kirchner. O discurso de Macri na última Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) deixou clara essa mudança de postura, uma vez que o presidente argentino se mostrou disposto a manter um diálogo com o Reino Unido, sinalizando uma tentativa de solucionar as tensões entre os dois países a respeito da soberania das Malvinas. Apesar da disposição argentina de “descongelar” as relações com o Reino Unido, o interesse prioritário do governo ainda é o de manter seu foco no arquipélago.

Dados os fatos, é importante considerar alguns fatores que fomentam a persistência pela disputa do território das Malvinas. Uma delas diz respeito às notícias da imprensa argentina, divulgadas no início deste ano, de que a ONU teria dado um parecer favorável para ampliação da plataforma continental da Argentina em 35% (1,7 milhão de Km<sup>2</sup>, aproximadamente). Com isso, a expansão da área submarina que pode ser explorada pela Argentina incluiria a região das Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. Apesar da notícia, em termos concretos, a administração e produção econômica do arquipélago estão com o Reino Unido.

No começo dessa década, foram descobertos cerca de 350 milhões de barris em águas relativamente rasas, cuja exploração foi designada a três companhias britânicas: *Desire Petroleum*, *Falkland Oil and Gas* e *Rockhopper Exploration*. Outros campos com maior profundidade já estão sendo explorados, promovendo boas perspectivas de receita.

Concomitantemente ao lucro proporcionado pela exploração de petróleo, o investimento feito pelo Reino Unido nas Malvinas chegou a aproximadamente 185 milhões de euros em 2015. Uma parte desse investimento foi destinado a gastos militares e benfeitorias na estrutura do arquipélago. Tal fator evidencia a importância de observar as novas descobertas do citado óleo na região das Malvinas, uma vez que a exploração pelo Reino Unido, Estado membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pode gerar uma securitização cada vez maior da região do Atlântico Sul.

## *América do Norte e Central*

### ***Presidente Donald Trump***

*Por: Jéssica Barreto*

No dia 08 de novembro, chegou ao fim a campanha eleitoral nos EUA, com a vitória do empresário de 70 anos, Donald Trump, do Partido Republicano. Tendo chamado atenção durante sua campanha, principalmente pelos seus discursos exaltados e agressivos, Trump será o mais velho presidente a assumir um primeiro mandato e o primeiro a não ter experiência prévia em órgãos públicos ou de alto nível militar. Seu partido manterá a maioria no Congresso e o republicano terá a oportunidade de alterar a Suprema Corte de Justiça, em seu favor.

Sua campanha circundou em torno das ideias de que: os gastos americanos com problemas exógenos são exorbitantes; os acordos comerciais não são favoráveis para toda a população; e, que os imigrantes são prejudiciais à dinâmica do país. Apesar dos exageros que permearam seus discursos, existem pontos a se considerar, como por exemplo, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), onde somente cinco países estão cumprindo com o acordo de gastar pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) com o orçamento de Defesa. Outra questão levantada é o anseio de Trump em aumentar o orçamento de Defesa do país, que sofreu cortes massivos nos últimos anos, para manter plausível a hegemonia norte-americana.

O grande risco é que o discurso do candidato eleito influencie políticas adotadas em outros países, antes mesmo que Trump assuma a presidência. A exemplo, países asiáticos como Japão e Coreia do Sul discutindo sobre aspirações nacionais nucleares, o que poderia desestabilizar ainda mais a região. A política do republicano, apesar do extremismo mostrado, visa à autossuficiência estadunidense em relação aos desafios da globalização. Trump pretende fortalecer o mercado interno, principalmente porque a população ainda sofre com reflexos da crise de 2008.

Donald Trump assumirá o comando da Casa Branca em 20 de janeiro de 2017 e planeja “derrubar” ordens executivas de Obama, inspirado na primeira semana de Reagan no poder, como, por exemplo, recomeçar a exploração da *Keystone Pipeline*. Entretanto, deve-se destacar que existe uma grande diferença entre o discurso dos candidatos durante suas campanhas e o que estes realizam quando são eleitos, pois há dificuldades em transformar intenções em política de fato.

## *África Subsaariana*

### ***Nova Constituição, Nova Costa do Marfim?***

*Por: Franco Alencastro*

No dia 30 de outubro foi realizado na Costa do Marfim um referendo quanto à adoção de uma nova constituição que, por fim, acabou aprovada por uma maioria considerável de 93% dos votantes, embora tendo contado com apenas 42% de participação. A nova Constituição tem como principal diferença, em relação à anterior, a eliminação do limite de idade de 75 anos para se candidatar a cargos públicos e o fim da obrigatoriedade dos candidatos à presidência terem pai e mãe nascidos no país.

Ambas as regras parecem ter relação direta com o atual Presidente Alassane Ouattara. No governo desde a queda de seu antecessor Laurent Gbagbo, em 2011, Ouattara tem hoje 74 anos e foi reeleito para um segundo mandato em 2015, o que o impediria de concorrer a um terceiro mandato em 2020. Já existe, contudo, uma lei que impede um terceiro mandato consecutivo, que Ouattara se comprometeu a respeitar.



A nova regra sobre nacionalidade, por sua vez, é uma tentativa de resolver uma antiga contenda na política marfinense da qual Ouattara participou diretamente: nas eleições de 1995, sua candidatura à presidência foi impugnada após surgirem suspeitas de que seus pais eram imigrantes de Burkina Faso.

A regra de nacionalidade era representativa de um abismo existente na sociedade marfinense, entre o norte muçulmano e o sul cristão. O sul, que concentrou durante toda a história da Costa do Marfim o poder econômico e político, usou a “identidade marfinense” para marginalizar a participação política dos muçulmanos, associando-os a imigrantes de outros países africanos. Esse abismo chegou a seu ápice na guerra civil de 2010-2011, que opôs as forças do presidente sulista Gbagbo ao nortista Ouattara e seus aliados franceses. A nova Constituição pode representar, dessa forma, uma oportunidade de remediar essa antiga rivalidade; a possibilidade de Ouattara vir a buscar um terceiro mandato, entretanto, é preocupante para a estabilidade do país, haja visto as crises políticas ocorridas, recentemente, em outros países africanos por medidas semelhantes.



## *Africa Subsaariana*

### ***Aniversário de independência angolana traz reivindicações ao governo português*** Por: Gabriela Cardim

No dia 11 de novembro, Angola comemorou 41 anos de sua independência de Portugal, embora a província de Cabinda, territorialmente descontínua do restante do país, pareça ser mais favorável a uma nova administração portuguesa do que à permanência sob o governo angolano.

Unidas desde 2003, a Frente para Libertação do Enclave de Cabinda e as Forças Armadas Cabindesas (FLEC-FAC) emitiram um comunicado, no dia anterior (10), de caráter altamente reivindicatório e direcionado, principalmente, ao governo português. Entre os pedidos, figuravam o apelo por uma intervenção dos Estados Unidos da América e da União Europeia, de forma a proteger os ativistas da sociedade civil de “perseguições e detenções arbitrárias”; a devolução de Cabinda à administração portuguesa; e, a elaboração de um referendo para que os cabindeses tenham a oportunidade de decidir sobre o futuro do enclave. Além disso, o documento condenou o silêncio da comunidade internacional diante do conflito e as constantes violações aos Direitos Humanos realizadas pelo governo de Angola e pelas Forças Armadas Angolanas (FAA).

Desde a metade do século passado, a região luta por sua independência, ao afirmar ter laços históricos com Portugal, comprovados pelo Tratado de Simulambuco (1885), país com o qual conservava posição de protetorado semiautônomo. Em 2002, o fim da Guerra Civil Angolana redirecionou as forças governamentais para Cabinda e, embora o conflito tenha atenuado, ataques pontuais continuam a ser feitos pelos dois lados.

A resistência do governo central em ceder aos apelos das FLEC-FAC encontra explicação na relevância estratégica do enclave. Este encontra-se em uma região rica em petróleo e nele estão situados o Bloco Zero e o Bloco Quatorze, duas das mais lucrativas concessões de exploração de petróleo da Angola. Um exemplo é a atuação da gigante estadunidense Chevron, detentora de quase 40% das atividades exploratórias e produtivas no Bloco Zero e pouco mais de 30% no Bloco Quatorze. Em uma conjuntura na qual o Estado angolano pretende eliminar a limitação da dívida pública relacionada ao Produto Interno Bruto (PIB) – antes em 60% – para impulsionar a economia, a possibilidade de perder uma região que produz cerca de dois terços da receita petrolífera nacional parece fora de cogitação.

### **As Forças Navais Iranianas**

Por: André Nunes

Desde 1985, o Irã conta com duas forças navais independentes: a Marinha da República Islâmica do Irã (*Islamic Republic of Iran Navy – IRIN*) criada em 1923, e a Marinha da Guarda Revolucionária Iraniana (*Iranian Revolutionary Guard Corps Navy – IRGCN*) criada durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) como um braço naval da Guarda Revolucionária, que havia sido estabelecida após a Revolução Islâmica de 1979 com o intuito de proteger os ganhos políticos do regime teocrático.

Como os deveres compartilhados entre IRIN e IRGCN nas águas jurisdicionais iranianas eram considerados confusos para as duas instituições e para as marinhas estrangeiras que procuravam contatá-las, em 2007, Teerã iniciou uma reorganização das tarefas marítimas de ambas as instituições. A IRIN ficou com a responsabilidade de patrulhar o Mar Cáspio e o Golfo de Omã desde Bandar Abbas, próximo ao Estreito de Ormuz, até Pasabandar, junto à fronteira com o Paquistão. Já a IRGCN ficou incumbida de realizar operações no Golfo Pérsico e também no Estreito de Ormuz.

Desde o fim da guerra contra o Iraque, o Irã tem investido significativamente no desenvolvimento de sua Marinha, em especial na IRGCN, cuja estratégia se baseia em um modelo de guerra assimétrica, ou de guerrilha, tendo como seus principais meios: baterias costeiras de mísseis; embarcações de pequeno porte dotadas de mísseis antinavio para ataques rápidos; minas navais modernas; e submarinos de pequeno e médio porte. A IRIN por outro lado, remanescente da dinastia Pahlavi, conta essencialmente com fragatas e corvetas dos anos 1960-1970, adquiridas dos EUA e Reino Unido antes da Revolução de 1979, e mais duas fragatas da classe Moudge que entraram em serviço em 2010 e 2013, respectivamente.

Uma das maiores preocupações de países dependentes da importação e exportação de hidrocarbonetos do Golfo Pérsico é a possibilidade do fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, ainda mais devido ao fato de o Estado Persa ser o único da região que opera submarinos. Todavia, o fechamento do Estreito traria um dano considerável à economia iraniana, que também é pautada na exportação de petróleo, ou seja, tal ato parece ser improvável, a não ser em situação de crise. Ainda assim, dada a importância do local, perturbar o fluxo ou mesmo ameaçá-lo, torna a possibilidade de fechá-lo um artifício eficaz para a estratégia marítima iraniana.

### **Os interesses em jogo na região de Mossul**

Por: Taynara Custódio

Passado um mês do início da ofensiva para a libertação de Mossul, no Iraque, a coalizão formada para a retomada da cidade do controle do *Daesh* (Estado Islâmico) tem levantado importantes questões acerca do futuro da região. Cabe mencionar que a cidade assumiu vasta importância estratégica e financeira para o grupo desde junho de 2014. Nesse sentido, a retomada significaria uma etapa substancial para a consolidação do processo de enfraquecimento do *Daesh*.

Notavelmente, a situação de Mossul se torna complexa diante da composição de forças em jogo, uma vez que cada uma dessas forças sustentam estratégias políticas concorrentes. Além das divisões do exército Iraquiano (apoiadas pelos EUA), também compõem a coalizão tropas *peshmerga* da região do Curdistão, bem como forças paramilitares xiitas – chamadas por Unidades Populares de Mobilização Xiita – (PMU na sigla em inglês). Além disso, a Turquia insiste em desempenhar um papel na libertação de Mossul, apesar das intransigentes objeções por parte do Iraque.

O interesse da Turquia em participar da ofensiva deve-se à sua necessidade de garantir o contínuo acesso aos recursos energéticos que se concentram ao Norte do Iraque. Ademais, há uma antiga rivalidade entre os turcos e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), sendo imperativo ao país intensificar a ação militar contra o PKK e impedir a fixação de suas bases militares no Norte do Iraque.

Em contrapartida, se o governo de Bagdá assumir este domínio, a Turquia necessariamente tem seu controle e influência no Norte do Iraque aniquilados. Do ponto de vista iraquiano também não é interessante que o Curdistão consiga acelerar sua condição de Estado, uma vez que o Iraque se beneficia financeiramente das receitas petrolíferas geradas pelo *Kurdistan Regional Government*.

As tentativas da criação de um Curdistão independente sempre esbarraram em dificuldades no decorrer da história. Cita-se, por exemplo, os fracassados intentos dos Tratados de Sévres (1920) e Lausanne (1923). Cabe assim, a consideração de que aos demais Estados não interessa a questão da autodeterminação curda, e portanto, a questão da sua independência continuará sendo negligenciada. Levando em conta todos esses aspectos, as especulações sobre quem irá assumir o poder pós-*Daesh* dependerá das estratégias políticas adotadas pelas forças de coalizão a partir do momento presente.

*Europa*

### ***Percepção de ameaça russa no Mar Báltico aproxima adversários históricos*** *Por: Daniel Kosinski*

Reunidas no final do último mês de junho na cidade alemã de Rostock, no mar Báltico, autoridades militares da Alemanha e Polônia anunciaram um inédito programa de cooperação entre as suas forças navais fundamentado no estabelecimento de uma “Autoridade de Operações Submarinas” comum.

O novo órgão ficará submetido ao Centro de Operações Marítimas do governo alemão e contará com a participação de oficiais da Marinha polonesa, exercendo o controle operacional sob a totalidade da frota submarina dos dois países. Assim, a autoridade binacional terá 11 submarinos sob seu controle, sendo 6 alemães e 5 poloneses, realizando operações de reconhecimento e vigilância majoritariamente no Mar Báltico.

Em rigor, trata-se, nas palavras de um porta-voz da Marinha alemã, de um acordo “historicamente único” que aproxima significativamente os vínculos entre dois países com longo histórico de guerras, adversidades e relações bilaterais tipicamente “sensíveis”. Ele estreitará os compromissos de promoção da segurança mútua entre Alemanha e Polônia iniciados bilateralmente em 1999, mediante acordo para a proteção e compartilhamento de informações relacionadas à segurança, e levados adiante no âmbito multilateral através da participação dos dois países na OTAN.

Com efeito, o governo alemão pretende instalar em Rostock um novo centro de operações de comando das forças navais multinacionais da OTAN no Mar Báltico, reunindo representantes de todos os países integrantes da aliança militar ocidental na região. Assim, uma oferta já foi feita ao governo da Noruega para se juntar ao comando comum germano-polonês e, dadas as relações próximas entre os três países, presume-se que será aceita.

A reação do governo russo – explicitamente o alvo da aliança – foi imediata. O ministro da defesa do país, Sergei Shoigu, condenou o acordo como uma “provocação desnecessária” e afirmou que a progressiva expansão das posições da OTAN na direção da Rússia “minava a estabilidade estratégica na Europa”, forçando o país a tomar “medidas retaliatórias”.

Nos últimos anos, têm se acirrado significativamente as disputas entre forças da OTAN e da Rússia pela preponderância e controle sobre o Mar Báltico e seus acessos.

*Europa*

### ***A última visita de Obama à Europa: consequências para a segurança*** *Por: Ariane Francisco*

Programada para ilustrar o legado de sua política externa, a visita de três dias de Barack Obama ao velho continente, na semana passada, foi ofuscada pela recente eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos. Obama visitou a Grécia, palco da origem da democracia, onde mostrou suporte ao pedido do presidente do país pela negociação do débito grego. Já na Alemanha, seus discursos e compromissos giraram em torno das preocupações que o novo presidente vem gerando.

A administração de Obama vê na Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, uma de suas maiores aliadas no âmbito de política externa e, segundo o *The Guardian*, em seu último encontro oficial, e tendo em vista a ascensão da direita na Europa, além de outras crises, o presidente e a chanceler concordaram que a mesma tem, hoje, a responsabilidade de tentar manter os ânimos acalmados e ajudar Trump como conselheira, indireta e não-oficial, em relação ao futuro da política internacional.

Em alguns de seus discursos como candidato, Trump fez certas afirmações que deixaram muitos líderes e políticos europeus preocupados com o futuro da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), entre elas, a ineficiência da organização e a possibilidade de sair do Tratado, além de sinalizar uma possível reaproximação com a Rússia. Após sua vitória, o Ministro das Relações Exteriores da União Europeia (UE)

Europeia (UE) convidou ministros de países membros da organização para um jantar em que foram debatidas possíveis respostas ao novo cenário das relações entre os Estados Unidos e a UE. Apesar de declinar o convite, o Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Boris Johnson, expressou a importância dos países membros em passar a gastar mais de 2% de seu PIB no orçamento de defesa, em um movimento complementar à OTAN. Já outros ministros da UE emitiram uma declaração em que pedem a consideração do novo presidente em manter os acordos nucleares com o Irã.

As reações à eleição de Trump e o significado direto da mesma para o continente europeu tem sido dos mais diversos. Adicionados, ainda, à aproximação das eleições holandesas (março de 2017) e francesas (em abril de 2017), que vem enfrentando forte ascensão de partidos de direita, além das eleições na Alemanha (setembro de 2017), resta esperar a posse do novo presidente e suas primeiras medidas reais no novo governo.

## Europa

### ***França, uma potência marítima global***

*Por: Thaís Dedeo*

O porta-aviões Charles de Gaulle (CDG) completou, este ano, 15 anos de operações. É o único porta-aviões à propulsão nuclear e com sistema de catapultas não americano. Entrando em operação logo após o 11 de setembro, em apoio à Operação *Enduring Freedom*, foi enviado para o Oceano Índico para combater o talibã no Afeganistão. O CDG também participou na intervenção da Líbia em 2011, com os objetivos de proteger a população e de aplicar uma zona aérea de exclusão. Em fevereiro de 2015, o CDG juntou-se à coalizão internacional na Operação Chammal para combater o Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

Atualmente, a Marinha Francesa também está envolvida em diversas outras missões no exterior, como a Operação Barkhane, cobrindo da Mauritânia ao Chade, com a missão de interceptar grupos jihadistas. Participa também da Operação Atalante, desde 2008, ao longo da costa somaliana e da Operação Corymbe, desde 1990, no Golfo da Guiné, região rica em hidrocarbonetos, visando a proteção de franceses em casos de crises na região, o combate à pirataria e garantindo a segurança e a livre navegação, principalmente das rotas comerciais.

A França tem a segunda maior zona econômica exclusiva (ZEE) do mundo (11 milhões de km<sup>2</sup>), somente atrás dos EUA, sendo a sua marinha a responsável por monitorar, defender e proteger esse espaço marítimo e os interesses estratégicos dos franceses e aliados. Com um porta-aviões com seu próprio grupo aéreo integrado, quatro navios anfíbios, 18 fragatas, 18 navios de patrulha, 10 submarinos nucleares (4 lançadores mísseis balísticos e 6 de ataque), uma aviação naval completa e 35.000 militares, a Marinha Francesa é um dos meios de projeção e manutenção de poder da França, possuindo capacidade de intervenção em qualquer área do globo, e pretendendo mantê-la com um orçamento de defesa de quase 32 bilhões de euros, aproximadamente 1,5% do PIB em 2016.

## Rússia e ex-URSS

### ***Um ano depois: perspectivas para as relações Russo-Turcas***

*Por: José Gabriel Melo*

O próximo mês pode dar início a uma nova fase nas relações entre Rússia e Turquia. O recrudescimento das relações entre os países teve sua motivação no abate de aeronaves russas por forças turcas próximo à fronteira com a Síria em dezembro último. Cerca de um ano após o acontecimento, ambos têm dado indícios de um fortalecimento em seus laços, principalmente econômicos, além de possuírem planos que vão do setor agrícola ao energético.

No início de dezembro, o primeiro-ministro turco, Binali Yildirim, fará uma visita à Rússia. Na agenda de Yildirim consta um encontro com sua contraparte russa, Dmitry Medvedev, para tratar da normalização das relações diplomáticas, da proposta de utilizarem suas moedas nas transações comerciais e da criação de uma zona de livre comércio, além de tratarem do combate ao Estado Islâmico. Essa será a primeira visita do primeiro-ministro, empossado em maio, à Moscou.

Sob a ótica russa, essa reaproximação é estratégica em um contexto de antipatia proveniente da Europa e, em certa medida, de incerteza com relação à Washington D.C., apesar do tom amistoso com relação à Moscou no período eleitoral. As sanções impostas devido ao ocorrido na Ucrânia, de certo modo, se provaram ineficientes, e os Estados Bálticos foram os mais prejudicados – juntos obtiveram um déficit de cerca de 30% em suas exportações à Rússia. Moscou, por sua vez, vem buscando flexibilizar sua malha de parcerias a fim de obter maior independência econômica em relação à Europa, responsável por mais de



50% da balança comercial do país que, nos últimos anos, vem buscando alternativas na Ásia, como a criação da União Econômica Eurasiática, uma iniciativa majoritariamente econômica, no início de 2015.

Assim, o primeiro-ministro turco terá a oportunidade de dar início a uma nova fase nas relações com a Rússia, que também pode obter grandes benefícios com a reaproximação.

## *Sul da Ásia*

### ***Novos horizontes para a parceria estratégica Índia-Japão***

*Por: Luciane Noronha*

Entre os dias 10 e 12 de novembro, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, realizou uma visita ao Japão. É a terceira reunião entre os países desde 2014, quando foi estabelecida a Declaração de Tóquio, na qual a relação Índia-Japão foi, formalmente, definida como “Parceria Estratégia Especial e Global”. O acontecimento principal do evento foi a assinatura do Acordo Civil Nuclear entre Narendra Modi e sua contraparte, Shinzo Abe. Ele passou seis anos em controversa negociação, dado que a Índia não é signatária do Tratado de Não-Proliferação de Arma Nucleares (TNP). O outro destaque ficou por conta de um projeto de ferrovia em Mumbai.

O Acordo Nuclear tem grande importância para a Índia, haja vista as iniciativas de diversificação de suas fontes energéticas. Duas questões, particularmente referentes ao Japão, precisam ser comentadas: em primeiro lugar, a Índia possui acordos com pelo menos outros onze países na área nuclear. Boa parte deles usa componentes japoneses em seus reatores. O documento assinado em Tóquio facilita, assim, vários outros compromissos neste âmbito. Em segundo lugar, o Japão é membro do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG, em inglês) – arranjo para o qual a Índia é candidata. O apoio de mais um membro é interessante para Délhi. O fator de contrabalanceamento da China também esteve presente, embora em escala menor do que em reuniões anteriores. O Japão é visto, pela Índia, como parceiro natural em questões de projeção de poder na Ásia frente à China. A cooperação em projetos ferroviários, por exemplo, foi recebida como meio de diminuir a participação chinesa em possíveis empreendimentos de infraestrutura na Índia.

Por fim, analistas indianos e o Ministério das Relações Exteriores apontam diversas complementaridades entre ambos os países. Exemplos mais citados são a força de trabalho abundante e jovem da Índia, ao contrário do caso do Japão; além do mercado consumidor crescente. Quaisquer que sejam as bases para a continuidade do diálogo, pode-se afirmar que os novos horizontes das relações indo-japonesas vão além de velhas questões estratégicas.

## *Leste Asiático*

### ***A projeção de poder chinesa por meios militares***

*Por: Viviane Helena*

Em paralelo ao desenvolvimento da China em áreas já conhecidas – como o comércio, a economia e a política –, os últimos anos têm mostrado também sua exponencial projeção de poder por vias militares. Documentos oficiais, tais como o White Paper e o Relatório Anual da *US-China Economic and Security Commission*, embasam o argumento de que há uma mudança no comportamento do governo chinês no sentido do incremento de seus potenciais e capacidades militares em âmbito global. A isso, somam-se ainda os episódios nos quais o papel do Exército de Libertação Popular da China (PLA, sigla em inglês) foi central, como na evacuação de cidadãos chineses do Iêmen.

Em fins de 2015 e início de 2016, a China lançou uma reforma militar radical sem precedentes, afirma Vassily Kashin em seu artigo. Embora muitos de seus resultados já sejam evidentes – como a maior participação chinesa no conflito da Síria, o aumento no perímetro de atuação da Marinha no Oceano Índico, a aprovação de leis de antiterrorismo, a criação da esfera de segurança da informação dentro das Forças Armadas, dentre outros – o autor afirma ter sido notável a desaceleração desses e de outros projetos, em função de discretas, porém presentes, instabilidades políticas chinesas. Ainda assim, deve-se ter em mente que a reestruturação do PLA é muito mais estrutural e profunda.

É importante ressaltar como tais novas diretrizes das Forças Armadas chinesas, ainda que mais frequentes, sofisticadas, e voltadas ao exterior, não são consideradas pelo governo como tradicionais formas de incremento bélico. A mudança consiste muito mais em uma atuação internacional diversificada, ainda que ela possa transmitir insegurança aos países em seu entorno estratégico. A China busca constantemente reiterar que não se trata de agressão, mas projeção. Já os Estados Unidos, cientes, buscam alternativas de destaque frente a Pequim.



**A indústria de defesa da Coreia do Sul em tempos de Donald Trump**

Por: Marcelle Torres

Dada à falta de clareza da política estratégica de Trump sobre uma Coreia do Norte nuclear, à sua sugestão durante a campanha eleitoral de retirada das tropas norte-americanas alocadas na Coreia do Sul, torna-se fulcral ao governo sul-coreano um esforço militar mais independente e o (re)pensar de suas alianças estratégicas regionais.

A Coreia do Sul possui a sexta maior força militar mundial e a sua indústria de defesa tem crescido mais rápido do que a média regional nos últimos anos, com o objetivo de conter as ameaças militares norte-coreanas. De acordo com o plano de 2016-2020, o Ministério da Defesa sul-coreano se concentrará em melhorar as condições gerais das forças militares do país; priorizar o poder militar, focando no *Kill Chain* e no *Korea Air Missile Defense* (KAMD); otimizar a estrutura das tropas; e aumentar as iniciativas de P&D em defesa. Para 2016, foi anunciado cerca de 35.272 bilhões de dólares para o orçamento de defesa do país, cerca de 2,41% do seu PIB e 14,5% do orçamento nacional total. Constam também a aquisição de 8 helicópteros navais (AW159), melhoria em aeronaves de patrulha marítima P-3C, atualização do sistema PAC-2 e aquisição de 136 mísseis balísticos em 2018, entre outros. Em 2015, cerca de 6,5% do orçamento de defesa total foi gasto com P&D e, em 2021, o Ministério da Defesa planeja aumentar esse percentual para 9,2%.

Além disso, no dia 23 de novembro, Coreia do Sul e Japão assinaram o acordo de partilha de inteligência militar para reforçar as suas respectivas defesas contra as ameaças nucleares da Coreia do Norte, o chamado *General Security of Military Information Agreement* (GSOMIA). Segundo o porta-voz do Ministério da Defesa, o acordo permitirá o compartilhamento direto de informações sobre Pyongyang entre ambos sem passar pelos EUA antes, como era feito até então. Todavia, está sendo criticado pela Coreia do Norte, oposição sul-coreana e parcela da população devido ao domínio colonial japonês da Coreia (1910-1945), somando-se ao escândalo político envolvendo a Presidente Park Geun-hye e o futuro de sua administração durante o último ano de mandato.

**Oceania e Sudeste Asiático****Marinha vietnamita: aquisições e fragilidades doutrinárias**

Por: Vinicius Costa

A corrida armamentista naval em voga no Sudeste Asiático vem apresentando consequências para o Vietnã. Para contrabalançar a China, importantes aquisições de defesa foram realizadas. Hanói adquiriu seis submarinos russos de classe Kilo, cinco dos quais já foram entregues, e mísseis Klub lançados por submarinos. O Vietnã comprou também duas fragatas de Classe Geparad em 2011. Mais duas estão em construção com entrega prevista para o final de 2016 e um terceiro par está em negociação com fornecedores russos. O governo vietnamita adquiriu ainda duas corvetas da classe Molniya, negociando a licença de produção para construção de mais 10. Esse navio pode empregar mísseis mar-terra Klub, além do míssil antinavio Uran-E.

Durante a visita do primeiro-ministro Narendra Modi, em setembro de 2016, uma linha de crédito de US\$ 500 milhões foi dada para Hanói adquirir sistemas de defesa indianos. Não há ainda muitas informações sobre o emprego desse fundo. Sabe-se, porém, que US\$ 99 milhões foram empregados em um contrato para fornecimento de auxílio técnico para construção de um número não revelado de embarcações de patrulha para a guarda costeira vietnamita. Hanói pretende adquirir também o míssil antinavio supersônico indiano BrahMos. Também está previsto adquirir o italiano Pluto Plus, um veículo subaquático não tripulado caçador de minas. Ele auxiliará os navios de desminagem soviéticos classe Yurka, atualmente em serviço, mas no final de vida útil. Tal postura mostra a inclinação de Hanói em integrar os sistemas russos mais antigos a equipamentos ocidentais mais modernos. Ainda assim, a sua matriz tecnológica naval deverá permanecer russa pelo menos no futuro próximo.

O que se observa é uma inexistência de políticas, estratégias e doutrinas que orientem o uso das novas aquisições. A própria atualização do seu Livro Branco (feita pela última vez em 2009) demonstra importante fragilidade de Hanói, mesmo com importantes aquisições, em preparar plenamente suas Forças Armadas para lidar com Pequim.

## Discurso e discórdia no Ártico

Por: Pedro Allemand

Quando se fala da geopolítica do Ártico, um dos principais temas tratados é a militarização da região. Acadêmicos, comentaristas políticos e a mídia especializada cada vez mais focam suas análises sobre esse processo e recolocam a discussão a respeito das políticas para o Ártico dentro dessa chave conflitiva. O problema fundamental com essa virada é ignorar que, apesar do fato da militarização, ainda há entre os Estados da região uma ampla tradição de cooperação, bem como ainda existe bastante espaço para a mesma.

Mesmo diante da reestruturação da defesa russa da região, das políticas mais “assertivas” dos membros da OTAN no Ártico e apesar de think tanks influentes pressionarem a OTAN e os EUA a responderem à “ameaça” russa na região, não foram prejudicados os arranjos de cooperação, muito menos se impediu que os Estados avançassem em determinados temas. A própria necessidade de criar consciência situacional para operar na região demanda, pela dificuldade de mapeamento, que os Estados busquem compartilhar informação e conhecimento. Além disso, ainda existe a percepção de que uma guerra pelo Ártico seria muito mais custosa do que a continuidade dos atuais projetos.

Esse ambiente, no entanto, pode estar ameaçado. Desde a anexação da Crimeia, diversos meios de comunicação e de produção de conhecimento do campo da segurança e defesa passaram a alimentar o clima de hostilidade e isso pode ter impactos reais na formulação de políticas para o Polo Norte. A produção de informação a respeito da região constrói a base sobre a qual as estratégias nacionais e mesmo as iniciativas multilaterais, tais como as tomadas dentro do Conselho do Ártico, serão pensadas, assim como moldam em alguma medida as percepções dos tomadores de decisão. Se cada vez mais se fala e se mostram os motivos para o conflito, mais serão deixados de lado o espaço e as intenções de cooperação; e haverá a priorização das políticas voltadas para um eventual conflito.

## Artigos selecionados e notícias de Defesa

- CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER - 20/11/2016  
**Who Made the Arab Spring Into an Arab Crisis?** - By: Yezid Sayigh
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS - 15/11/2016  
**Donald Trump's Global Agenda: What Have You Got to Lose?** - By: Stewart M. Patrick
- EL PAÍS - 20/11/2016  
**La decadencia de Occidente** - By: Mario Vargas Llosa
- PROJECT SYNDICATE - 21/11/2016  
**Uniting for an Asian Century** - By: Lee Jong-Wha
- RUSSIA DIRECT - 17/11/2016  
**Russia's relations with the West, through a neorealist filter** - By: Alexey Khlebnikov, Nikolay Shevchenko
- DEFENSE NEWS - 16/11/2016  
**Indian Navy to Buy Seven Corvettes for \$2 Billion** - By: Vivek Raghuvanshi
- DEFENSE NEWS - 21/10/2016  
**China's Maritime Militia a Growing Concern** - By: Christopher P. Cavas
- GEOPOLITICAL FUTURES - 17/11/2016  
**The city and the Nation** - By: Jacob L. Shapiro
- REAL CLEAR DEFENSE - 22/11/2016  
**Assessing the Admiral Kuznetsov Deployment in the Syrian Conflict** - By: Ben Ho Wan Beng
- THE DIPLOMAT - 22/11/2016  
**A US Navy With 350 Ships... But What For?** - By: Robert Farley

[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:

<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>

Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.